

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 025 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO BAÚ (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, em razão da inauguração da Escola do Legislativo, programada para hoje, e da celebração de uma missa no Auditório “Milton Figueiredo”, suspendo-a por uma hora.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 10:14 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Está reaberta a presente Sessão.

Convido o Deputado Baú para assumir a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO BAÚ ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Não há Ata para ser lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente para ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos ao Grande Expediente.

Em razão da convocação da Diretoria da AGER, designo uma Comissão, formada pela Deputada Serys Shlessarenko e pelo Deputado Amador Tut, para introduzir no plenário os Diretores da AGER.

(A COMISSÃO DESIGNADA PELO PRESIDENTE INTRODUZ NO PLENÁRIO OS DIRETORES DA AGER.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Registro, com satisfação, a visita dos alunos do primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Liceu Cuiabano, participando do Programa “Por Dentro do Parlamento”, da Secretaria de Imprensa, acompanhados pelas Professoras Cláudia Noemia e Natalina Inês.

Passo à leitura do Art. 504 do Regimento Interno: “Proposto um quesito, e respondido pelo convocado, passa-se à fase dos debates. Nessa oportunidade, ressalvadas as condições dos cinco parágrafos seguintes, os Deputados inquirirão livremente.”

Comunico aos Srs. Deputados inscritos que o tempo para questionamento é de três minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Convido o Presidente da AGER, Dr. Adair da Silva Leite, para fazer sua explanação, e para isso dispõe de trinta minutos.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Eliene, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, companheiros indicados para a Diretoria e para o Conselho Consultivo da AGER, minhas Senhoras, meus Senhores:

Ter o nosso nome indicado para compor a Diretoria da AGER é motivo de orgulho e muito nos enobrece. Esperamos poder, nesta manhã, atender as expectativas dos Srs. Deputados, tendo as respostas para os questionamentos que aqui serão feitos. Não vamos cansá-los com discursos, mas queremos fazer um breve comentário sobre a Agência Reguladora e os nossos propósitos dentro dela, mesmo porque é uma estrutura nova que se cria dentro do Estado de Mato Grosso, e todos somos aprendizes, teremos que buscar onde estiver e onde for possível a experiência que necessitaremos para, se tivermos nosso nome aprovado, darmos uma resposta satisfatória à sociedade.

Em janeiro de 1996, através do Decreto nº 752, o Governador Dante de Oliveira instituiu, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso, com a incumbência, dentre outras, de estimular o exercício de atividades e serviços em nível local, fazendo retornar aos municípios os serviços de sua competência constitucional.

Em parceria com o Governo Federal, o Governador do Estado deu início ao processo de privatização da CEMAT e, em seguida, à remunicipalização dos serviços de saneamento operados pela SANEMAT, já que naquele momento, trinta anos aproximadamente após a sua criação, período em que se desenvolveram serviços de relevância nas áreas de água e esgoto, a companhia não mais atendia a demanda do Estado, tornando-se necessária a busca de melhores condições de vida para a população mato-grossense.

Dessa parceria com o Governo Federal nasceu também o Projeto Estabelecimento de Marco Regulatório e Arranjo Institucional para a provisão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado de Mato Grosso, dando início a um amplo debate sobre a descentralização dos serviços públicos do Estado.

Em 14 de janeiro de 1999, foi aprovada a Lei nº 7.101, criando a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso - AGER-MT.

Entretanto, somente a partir da Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1999, o Estado passou a ter um instrumento dispondo sobre a regulação, controle e fiscalização, e, se for o caso, normatização, padronização, concessão e fixação de tarifas do serviço público delegado, em especial nas áreas de saneamento, rodovias, portos e hidrovias, irrigação, transportes intermunicipais de passageiros, distribuição de gás canalizado, energia elétrica, telecomunicações e aeroportos.

A AGER poderá ainda, por delegação de competência, exercer as funções de regulação, controle e fiscalização dos serviços de competência da União e dos municípios. O moderno estado regulador pressupõe não só uma nova e adequada estrutura de regulação, mas sobretudo alcançar uma maior eficiência de suas atribuições de controle e fiscalização dos serviços públicos delegados.

Tornar mais ágil e presente a ação reguladora e adaptar as ações de controle e fiscalização às circunstâncias locais, são três pontos básicos deste processo. A Agência Reguladora está concebida e será estruturada através de apenas dois níveis hierárquicos: diretorias reguladoras e superintendências reguladoras, decidindo em regime colegiado as matérias de sua competência, sendo suas diversas atividades executadas mediante administração de processo.

A Agência deverá ainda dedicar especial atenção ao papel do ouvidor, que visa a beneficiar diretamente o usuário dos serviços públicos, supervisionando e acompanhando as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

reclamações que esses porventura venham a fazer. Capítulo também inovador refere-se às audiências públicas, cujo processo deve analisar os direitos dos agentes econômicos, ou dos consumidores, decorrentes de atos administrativos da Agência, ou diante de projetos de lei propostos pela AGER-MT.

Destaca-se, finalmente, a recepção institucional do Conselho Consultivo, órgão representativo dos vários segmentos sociais organizados no Estado de Mato Grosso, numa demonstração inequívoca da boa intenção do Governo, no tocante à participação do cidadão na adequação dos serviços públicos prestados no Estado.

A AGER terá, portanto, o desafio de atuar de forma inovadora como autarquia, com autonomia financeira, funcional e administrativa, assegurando a estabilidade da função regulatória como instrumento de implantação das políticas de Governo para o setor de serviços públicos delegados, estabelecendo metas a serem cumpridas.

Dirimir, como instância administrativa final, conflitos entre os agentes, com postura e exemplo; incorporar novos valores à sociedade; promover integração com as empresas do setor; ser rigorosa no uso da autoridade; ampliar a interlocução com o cidadão consumidor; ser interlocutora permanente com o Governo; harmonizar os interesses do consumidor cidadão...

Neste conteúdo, Srs. Deputados, trago para a AGER a minha experiência, acumulada por mais de 28 anos na prestação de serviços públicos, tendo atuado em diversas áreas no Estado e também no Governo Federal, em especial no setor de energia elétrica, vivenciando grandes e inúmeros desafios de ordem técnica e administrativa.

Finalizando, inspirado em valores morais que estão além do cumprimento das leis, quero expressar o meu firme compromisso, se aprovado por esta Casa, de exercer o cargo de Presidente da AGER-MT com dignidade, honestidade, integridade, justiça, lealdade, moralidade, respeito às leis e às pessoas, transparência e verdade, que sempre pautaram a minha vida pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Registro em nossas galerias, com satisfação, a presença dos Vereadores Zinho e João Datelma, de Alto Araguaia.

Feita a explanação do candidato a Presidente da Agência Reguladora, passemos ao debate.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, enquanto os nobres colegas da minoria estão debatendo suas ações, eu gostaria de dar uma rápida pincelada no *curriculum vitae*, se V.Ex^a e o douto Plenário me permitirem, das pessoas que vão ser argüidas aqui.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Tem toda permissão, nobre Deputado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Dr. Adair da Silva Leite, natural de Pessanha-MG - como V. Ex^a, ele também é mineiro -, dessa cidade eu ainda não tinha ouvido falar...

Dr. Adair da Silva Leite é formado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, de 07/66 a 06/71. Participou de diversos cursos e seminários de aprimoramento - vou citar alguns, não todos, porque são muitos -: Administração Financeira; Tarifa de Energia Elétrica; Administração para Desenvolvimento de Executivo de Setor Elétrico; Debêntures; Seminário Limpeza Urbana: um direito da comunidade; II Fórum Jurídico: A Constituição Brasileira; Congresso Brasileiro de Fiscais...

E na sua atividade profissional, o Dr. Adair trabalhou na área de engenharia, na Indústria Alimentícia Pessanhense Ltda., CEMAT, 3AF - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., Prefeitura Municipal de Cuiabá, Unidade de Gerência do AGLURB - Aglomerados Urbanos, na

Eletronorte, e no Governo de Mato Grosso é Assessor Especial da Secretaria de Administração. Trabalhou também na SANEMAT, como Diretor Econômico, Financeiro e Administrativo e Diretor-Presidente Membro do Conselho da Administração.

Pelo vasto currículo do Dr. Adair, ele já ocupou diversas funções e cargos na CEMAT; foi Assessor do Vice-Governador, membro da Equipe de Humanização do Estado, Assessor Especial da Secretaria de Administração, membro da Comissão de Acompanhamento do Programa de Reforma do Estado. Enfim, um currículo respeitável o do Dr. Adair.

O Sr. Claudemir Mingorance é paulista de Aparecida do Oeste-SP, formado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, com curso de pós-graduação *lato sensu*: Prática Docente do Ensino Superior: Fundamentos e Técnicas - coincidentemente, eu tenho também essa graduação, por causa da metodologia do ensino superior, é realmente uma graduação importantíssima -; curso de pós-graduação *stricto sensu*, Especialização em Planejamento Estratégico; Mestrado pela UNESP/UNIC, concentração em Direito Administrativo e dissertação sobre O Desafio das Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados; e ainda cursa o mestrado... Na Administração Pública exerceu o cargo de Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Transportes Urbanos, Assessor Jurídico Especial da Casa Civil, na função de Secretário Executivo do Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado; trabalhou na privatização da CEMAT, na municipalização da SANEMAT e na liquidação do BEMAT. Na administração privada, é Professor da UNIC, Gerente da Assessoria Jurídica da SANEMAT, de junho até a presente data; participa como membro do Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso e do Conselho de Administração da SANEMAT.

A Dr^a Márcia Glória Vandoni de Moura é filha do Dr. Vandoni, nosso amigo, que junto com Frederico Campos fez o Plano Diretor de Barra do Garças. Eu estava conversando com ela, e ela ainda não conhece Barra do Garças - é nossa convidada. A família Vandoni tem uma ligação muito íntima com o Araguaia, principalmente na região de Cocalinho, no Baixo Araguaia...

Inclusive, Deputado Eliene, o Dr. Vandoni, pai da Dr^a Márcia, escreveu um livro sobre o Araguaia no barco em que meu pai fazia o comércio no Rio Araguaia. Eu contava essa particularidade para ela... Ela é cuiabana, formada em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal de Mato Grosso, concluindo o curso em 1990. Tem experiência profissional em Engenharia do Programa Nacional de Meio Ambiente, da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA, Chefe do Departamento de Limpeza Urbana, da PRODECAP, onde consta que ela participou efetivamente de quase todas as atribuições da PRODECAP; Secretária Municipal de Saneamento e Serviços Urbanos de Cuiabá, onde teve, na área de Diretrizes Gerais, a Diretoria de Limpeza Urbana, a Diretoria de Destinação Final de Resíduos Sólidos, a Diretoria de Operações Urbanas, a Diretoria de Parques e Jardins e a Diretoria de Cemitérios...

Atuou no processo de municipalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Cuiabá, acumulando a função de Engenheira do Contrato da Central de Destinação Final dos Resíduos Sólidos de Cuiabá. É membro titular do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Saneamento - SANEMAT; Assessora Especial da Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso; Presidente do Grupo Especial de Trabalho para supervisão do Contrato de Consultoria, financiado pelo Banco Mundial através do Governo Federal, para o Estabelecimento do Marco Regulatório e Arranjo Institucional do Setor de Saneamento do Estado de Mato Grosso e para o Programa de Reforma do Estado; membro suplente do Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Mato-grossense-CEMAT; consultora na área de saneamento do Projeto de Reforma do Estado de Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial e conduzido pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

A Dr^a Márcia tem como cursos complementares: Esgotamento Sanitário - Operação, Manutenção e Gerenciamento...

Sr. Presidente, eu faço questão de ler os currículos das pessoas, porque isso é muito importante para o conhecimento da Assembléia Legislativa, da população, da imprensa. Serve, inclusive, de base para que nós possamos argüi-los se houver necessidade nas áreas afins. E, pelos currículos até agora lidos, está demonstrada a preocupação do Governo em mandar para cá pessoas gabaritadas e competentes.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Concordo com V. Ex^a, inclusive faço um apelo para que os Deputados prestem mais atenção aos currículos, para que pautem neles, depois, os quesitos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - A Dr^a Márcia tem um currículo muito extenso, vou passar algumas pinceladas aqui.

Olhem só: Curso de Regulação Econômica dos Serviços de Saneamento IDE/Washington, D.C; *Primer Curso - Seminario Internacional PREVISIÓN Y REGULACIÓN DE SERVICIOS DE INFRAESTRUCTURA, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación...*

Sr. Presidente, estou sem condições de...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Gostaria, mais uma vez, de pedir a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que ouçam o currículo dos indicados.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria de pedir a compreensão dos nobres Pares para que eu possa, inclusive, exercitar o meu espanhol aqui que está difícil.

A participação da Dr^a Márcia em diversos seminários e congressos... Portanto, um currículo que nós reputamos também como muito importante. Ela faz acompanhar aqui a cópia de todos esses trabalhos de sua vida profissional.

Dr. João Batista Epaminondas Malhado... O Dr. João Batista é cuiabano, da família Malhado. Graduado em Engenharia Eletrônica/Engenharia de Telecomunicações, pós-graduado em *Marketing*, com didática do Ensino Superior, na Escola Superior de Propaganda e *Marketing* do Rio de Janeiro; especialização em Análise e Estatística em Pesquisa de Mercado; diversos outros cursos aqui de pós-graduação, como: Projeto de Redes Telefônicas Urbanas, Comunicação Via Satélite, Multiplex Telefônico, Seminário Gerencial, Microprocessador; Processamento de Dados, Técnicas Digitais - e assim há uma infinidade de cursos na área de *marketing* e gestão empresarial -, Qualidade Total para Gerentes, Programa Embratel de Qualidade... Palestra: O Cliente Encantado; Qualidade Total e Reengenharia de Processos.

Experiência Profissional: Engenheiro de Telecomunicações, Chefe do Distrito de Operações Cuiabá; Gerência Operacional; Gerência Administrativo-financeira e Gerência Comercial; Chefe de Distrito de Operações em Uberaba-MG; Chefe do Distrito de Operações de Cuiabá; Gerente da Seção de Vendas, Escritório de Cuiabá; na CODEMAT trabalhou como autônomo; na Universidade Federal de Mato Grosso na Consultoria para reforma da TV Universidade e na Faculdade de Engenharia Elétrica foi professor nas cadeiras de Circuitos Elétricos e Sistemas de Controle; na Universidade de Cuiabá - UNIC foi professor de Administração, Comércio Exterior e Informática, Propaganda e *Marketing*; representante corporativo da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações do Triângulo Mineiro... É também um currículo bastante vasto.

Dr. Eduardo Delamônica Freire, nosso amigo particular, da região Leste do Estado... Como aluno da Universidade Federal de Mato Grosso que fui, pude participar, efetivamente, da sua administração como estudante e Presidente do Centro Acadêmico de Direito, representante do Diretório Central dos Estudantes e outras atividades que exerci naquela instituição como acadêmico...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Dispensaria, com certeza, a leitura do seu currículo os relevantes serviços que o Dr. Eduardo Delamônica Freire já prestou a Mato Grosso, mas, como nós temos Deputados de regiões mais longínquas, que iniciaram no ano passado o seu mandato, faço questão de ler algumas referências ao Dr. Eduardo.

É cuiabano e formado em Medicina pela Faculdade de Ciência de Saúde da Universidade de Brasília. Fez o internato em Clínica Cirúrgica da Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho, Faculdade de Ciência da Saúde, Universidade de Brasília. Fez diversos cursos de pós-graduação na área médica, como: residência médica em Cirurgia Geral, curso de especialização em Clínica Cirúrgica, extensão universitária em Princípios Básicos das Técnicas Cirúrgicas... Alguns cursos de graduação superior, como, por exemplo, o entendimento da língua francesa e da língua inglesa; estágio supervisionado em Proctologia. Atualmente é professor adjunto do quadro do Departamento de Clínicas Cirúrgicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade.

O Dr. Delamônica, na sua experiência profissional, já foi professor de segundo grau; monitor de Cardiologia; professor do Curso de Aparelho Digestivo, da UNB; professor de Ciências Físicas e Biológicas do Ginásio Tiradentes, em Brasília; de Química Orgânica, no Centro de Ensino Médio Elefante Branco.

O Dr. Delamônica também desenvolveu algumas atividades em setores administrativos: chefe dos médicos residentes da UNB; chefe dos médicos residentes de Cirurgia Geral, na UNB; subchefe dos médicos residentes da UNB; membro da comissão que implantou o Centro de Ciências Biológicas e de Saúde na UFMT; membro da comissão que implantou o curso de Enfermagem no CCBS, da UFMT...

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO MOACIR PIRES DIRIGE-SE AO ORADOR - INAUDÍVEL)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - O Deputado Moacir Pires solicita-nos informar aos estudantes que nos prestigiam que a leitura dos currículos das pessoas que estão aqui é porque eles serão argüidos para ocupar uma Agência Reguladora de Prestação de Serviços do Estado, reguladora e fiscalizadora dos serviços de energia, de telefone, e, assim, sucessivamente - para que vocês possam entender o que estamos fazendo.

Continuando a leitura do vasto currículo do Dr. Delamônica: membro coordenador da comissão que implantou o curso de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso... Aliás, eu acho que na Universidade Federal o Senhor fez de tudo... Desenvolveu o cargo de Reitor com muito brilhantismo...

Professor, Médico, enfim, o Dr. Delamônica foi o Presidente da TELEMAT, quando era TELEMAT, e eu quero constatar, no meu mandato passado, juntamente com os Deputados Roberto Nunes, Nico Baracat, Moisés Feltrin, Amador Tut, Serys Shessarenko - que estava aqui no outro mandato -, Eliene, Pedro Satélite, que o Dr. Delamônica abria as portas da TELEMAT para a classe política. Eu quero fazer, aqui, esta ressalva, porque, hoje, para falar a verdade, depois da privatização, parece-me que mudou a Diretoria para Campo Grande e ninguém sabe mais como funciona.

Esse é o currículo sucinto, porque se eu for ler tudo nós passaremos um bom tempo.

Dr. Júlio César Ferraz Muzzi, também nosso companheiro, nosso colega de trabalho no Governo Jaime Campos, é Engenheiro Eletrotécnico e Engenheiro Civil, cuiabano, nasceu em 1953 - um ano mais velho que eu. O Dr. Júlio César concluiu o curso de Engenharia Civil na Universidade Federal de Mato Grosso.

Foi o representante da CEMAT junto ao Subcomitê de Operações e Manutenção do CODI, no período de 1983 a 1985; do Comitê Nacional Brasileiro; do Comitê do Grupo de Coordenadores de Planejamento de Sistema.

Participou de diversos seminários, congressos e encontros - todos aqui relacionados -: atualização em Sistemas Elétricos, Chefia e Liderança, Proteção de Sistemas de Distribuição, Organização de Sistemas e Métodos, curso de Engenharia de Manutenção e Operação de Sistema de Distribuição.

Também, com muito brilhantismo, participou aqui de diversos cursos de graduação.

E, na experiência profissional, proprietário da empresa JM Engenharia e Consultoria Ltda. e Diretor-Presidente da CEMAT de 1994 a 1995... E, como Diretor-Presidente da CEMAT, eu quero elencar aqui alguns trabalhos significativos do Dr. Muzzi, a PCH de Juína e o sistema de transmissão associado - inclusive, fomos nessa inauguração -; a ampliação de SE de Denise; da Cidade Alta; de Várzea Grande; de Casca III; a instalação de um banco de capacitadores do Coxipó, Rondonópolis, Várzea Grande, Cáceres e São José dos Quatro Marcos; a construção da LT do Coxipó, Várzea Grande; a SE Diamantino; a LT de Nobres, Barra do Peixe, Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa; a Itamarati Norte; Encomind; Grupo Itaquerê... Enfim, uma atividade profissional também muito destacada pelo Dr. Júlio Muzzi... Participou de diversas obras de construção civil no Estado, sistema viário de saneamento...

Ele elenca aqui as diversas obras, inclusive a praça do Chopão, que é uma praça muito bonita. Portanto, também é uma pessoa conhecida.

A Dr^a Nilva Fernandes de Campos, eu tive a honra de conhecê-la agora, filha de um professor da Universidade, que muito colabora com a Assembléia Legislativa, de quem eu fui aluno no curso de Direito - na outra Legislatura, nós tínhamos outros alunos dele -, o Professor Ditinho, como carinhosamente é chamado. Ele inclusive lançou um livro, nesta Casa, sobre seu pai... É uma pessoa muito querida, a simples referência do seu pai já referenda o seu nome aqui, porque é uma pessoa que presta grandes serviços à juventude.

A Dr^a Nilva é Assistente Social, formada pela Universidade Federal, aliás um dos cursos que está tendo, aqui na Assembléia Legislativa, uma atividade muito intensa, Sr. Presidente, Deputado Eliene. Com o trabalho do Instituto de Seguridade Social, as nossas Assistentes Sociais, hoje, desempenham um trabalho com muito brilhantismo - nós estamos atendendo uma média de cinco mil pessoas, entre funcionários e dependentes, no nosso Instituto de Saúde.

Inclusive, Deputado Romoaldo Júnior, com acompanhamento das Assistentes Sociais na residência do pós-operado, pessoas que estão em convalescência...

Lamentavelmente, os colegas da imprensa, eu também sou da imprensa, sabem que estamos com um jornalista na UTI há 28 dias, o jornalista James Fabiano, que está em estado terminal, mas está sendo assistido pelo Instituto, pela Assembléia - hoje, nós conseguimos já fazer... Aliás, esta semana nós temos seis pessoas, entre funcionários e parentes, na UTI do Hospital Santa Rosa - as bruxas estão meio soltas!

Cursos de qualificação e de aperfeiçoamento da Dr^a Nilva: Administração por Objetivos; Treinamento para Professores sobre Crianças e Adolescentes com Retardo Mental; Metodologia do Serviço Social; Estágio em Assistência Comunitária; Gerontologia Social e Orientação Teórica e Prática para trabalhar com Idoso...

Aliás, toda atividade pública, Deputado Baú, deveria ter uma Assistente Social, toda atividade pública, porque isso é de uma valia muito grande. Também nessa Agência Reguladora a Senhora poderá fazer um bom serviço, porque normalmente a visão das pessoas, veja pelo currículo - claro que aqui nós temos um quadro qualificado -, mas normalmente é uma visão técnica, tecnicista, e uma Assistente Social é uma espécie de anteparo dos problemas nas empresas. Essa sensibilidade da Assistente Social é necessária para fazer chegar decisões mais humanas. Nós precisamos ter decisões

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

mais humanas nos órgãos públicos, uma vez que as dificuldades são muito grandes.

Além desses cursos citados: Política de Assistente Social e Serviço Social; Formação Técnica Básica em Desenvolvimento de Recursos Humanos...

Assim, ela também apresentou aqui um *curriculum* vastíssimo, com congressos, conferências na área social e com participação em simpósios nacionais. Parabéns!

Experiência profissional: Auxiliar de Serviço Social na Sadia Oeste S/A, Assistente Social na SOTRAN - Transportadora e Distribuidora de Bebida Ltda./Coca-Cola, Técnica Especializada B-2 no Serviço Social do Comércio-SESC, Assistente Social da Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEMA, Professora Substituta do Departamento de Serviço Social na UFMT...

Faltou alguém? Não. Li o *curriculum* de todos.

Eu creio, Sr. Presidente, que são pessoas gabaritadas.

Eu fiz questão, Deputado Pedro Satélite, de enaltecer esses currículos para que nós possamos inclusive conhecer as pessoas a quem vamos argüir, de forma que era essa a minha fala. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE - FZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:55 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, para formular os seus quesitos. Informo que V. Ex^a, pelo Regimento Interno, disporia de três minutos, mas, dada a importância do fato, concedo a V. Ex^a cinco minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu vou fazendo as perguntas no mesmo sistema de ontem... Quero pedir para fazer a pergunta e o argüido responder, até para haver um melhor esclarecimento, o que daria dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Defiro o pedido de V. Ex^a. Então, V.Ex^a terá, ao invés de cinco minutos, dez minutos, porque fica com cinco minutos para perguntar e com os cinco minutos da resposta, contando, então, o tempo de V. Ex^a mais o do questionado serão dez minutos.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu vou argüir só o Presidente, até porque não é uma questão pessoal, é uma questão política a nossa argüição. Na verdade, nós não temos nada contra as pessoas que estão sendo argüidas, mas, sim, politicamente, pela forma de encaminhar do Governo do Estado.

O Governo do Estado vetou a “quarentena”, período de dois anos que qualquer diretor de empresas concessionárias teria de cumprir antes de ingressar na AGER. Isso não vai comprometer a qualidade dos trabalhos?

Veja bem, um dia V. Ex^a está de um lado da mesa, no outro dia V. Ex^a já está do outro, defendendo o povo. Um dia V. Ex^a está defendendo a empresa, agora V. Ex^a vai estar defendendo os interesses da sociedade... V. Ex^a não acha que isso foi uma armação do Governo, que compromete a AGER?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Deputado, respeito o posicionamento de V. Ex^a, porém, eu faria o seguinte comentário: primeiro, foi lido e comentando brilhantemente pelo Deputado Humberto Bosaipo o currículo de todos os participantes dessa Agência.

Ficou clara a experiência que cada um de nós possui, e nessa corrente, sem dúvida nenhuma, eu sou o elo mais fraco, porque todos os meus colegas são altamente capacitados, muito bem treinados e vivenciados nessa situação. São situações complementares. Cada um tem experiência numa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

área. Então, juntando a experiência de todos eles, nós não temos dúvida de que teremos na Agência uma representação muito grande.

Eu coloco isso pelo seguinte fato: essa experiência anterior para se assumir um cargo, eu entendo que ela pode acontecer até no dia da posse... A “quarentena” deve ser exigida, porque só a partir da posse nós exerceremos, se aprovados formos por esta Casa, nós passaremos a exercer o controle e a fiscalização dessas empresas.

Portanto, somente a partir daí, se alguma intenção houvesse, poderia ser feito o trabalho para, ao sairmos da Agência, aproveitarmos esse trabalho. Aí, sim, é preciso que haja uma “quarentena” para que depois que sairmos da Agência, nós não possamos, por um grande período, assumir algum cargo nessas empresas que foram por nós fiscalizadas. Esse é o comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero aqui somente deixar uma observação. Na verdade, V. Ex^a está na empresa e, no outro dia, V. Ex^a vai para a Agência Reguladora, que é justamente para fiscalizar a empresa em que V. Ex^a estava. Então, acho que a “quarentena” é uma coisa que demonstra moralidade.

Não estou tirando nenhum mérito de nenhuma pessoa que está aqui, mas a maioria das pessoas indicadas veio de empresas - da TELEMAT, CEMAT, SANEMAT... -, e na minha opinião é muito difícil combinar essas duas coisas.

Havia um dispositivo na lei que dispõe sobre a AGER, que foi vetado, que estabelecia que, para um profissional assumir a Agência, teria que estar desligado há pelo menos dois anos do Sistema de Saneamento... Amanhã ele poderá estar trabalhando na AGER. Isso não vai comprometer o trabalho da Agência? É a mesma pergunta: Isso não vai comprometer o trabalho da Agência?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Eu acredito...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Essa pergunta já foi respondida. Toda a estrutura da AGER será montada na Capital, e o interior do Estado, como fica?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - A Agência, conforme foi colocado na nossa fala, vai ser implantada com dois níveis hierárquicos, com o objetivo de tornar muito mais ágeis as nossas decisões, o nível de superintendência e o nível de diretoria.

Inicialmente, nós vamos trabalhar dentro das áreas que são hoje constitucionalmente da competência do Estado, para só no futuro então buscarmos fazer parceria com as Prefeituras e até mesmo com a União, para agir em nome deles em todo o Estado de Mato Grosso.

Neste momento é que teremos, então, de definir a necessidade ou não de ter estruturas em outras regiões do Estado. Certamente, teremos estruturas de fiscalização em todo o Estado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Em relação ao ICMS sobre a energia elétrica, de onde provêm os 12,8% excedentes, sendo que esta Casa - não com o meu voto - aprovou a cobrança de 30% e não os 42,8% praticados? Como o Senhor explica isso?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Deputado, essa questão do ICMS, primeiro, isso é praticado em todo o Brasil. A modalidade de se calcular esse ICMS, se ele é calculado “por fora” ou “por dentro”, é evidente que ele apresenta distorções...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Senhor não acha que deveria ser escalonado, como era nos Governos anteriores?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Olha, isso é uma questão de legislação. Quer dizer, a legislação que está hoje em vigor permite a cobrança da forma como está sendo feita. Acreditamos que a Agência, até como Agência Reguladora, deve prestar assessoramento, e nesse caso é só mesmo assessoramento ao Governo, fazendo entender todo esse problema que hoje existe,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

inclusive com relação à capacidade contributiva do consumidor de energia, e cabe ao Governo do Estado decidir se faz ou não alteração nessa sistemática. Essa sistemática que hoje é utilizada em todo o País para se calcular o ICMS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - E V. Ex^a acha que, com a capacidade contributiva do cidadão, ele tem condições? A inflação no ano passado foi de 3%, e o imposto sobre a energia elétrica aumentou para 42,8%...

O SR. ADAIR DA SILVA - Deputado, eu não posso neste momento afirmar, porque eu não tenho, eu precisaria, para fazer qualquer comentário ou afirmação, estar embasado em estudos técnicos que me mostrassem... Esses estudos, certamente, a Agência poderá fazer, para mostrar não só aos membros da Agência como ao próprio Estado se essa carga está adequada ou não, se ela precisa ou não ser reformada.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - V. Ex^a acha justo uma pessoa pagar 10% de ICMS quando consome até 149kw/h e o que consome 151Kw/h pagar 42,8%, 2Kw/h a mais? Ou V. Ex^a, pessoalmente, defende que seja escalonado? Até porque V. Ex^a vai ser Presidente e poderá levar uma proposta ao Governador. Qual é a sua opinião?

O SR. ADAIR DA SILVA - Não tenho nenhum elemento aqui, agora, para fazer qualquer comentário nesse sentido, Deputado. Eu acho que a questão do ICMS vai ser e é uma preocupação da Agência, mas só podemos atuar nesse sentido a partir do momento em que tivermos o nosso nome, se tivermos o nosso nome aprovado nesta Casa, e que, de fato, estivermos incumbidos dessa responsabilidade.

Pode estar V. Ex^a seguro de que nós iremos buscar discutir este assunto com o Governo do Estado no nível que ele precisa ser discutido.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, o Senhor não tem, porque eu iria fazer uma pergunta... Quais providências serão tomadas pela AGER com relação a essa cobrança abusiva? O Senhor não tem nenhum planejamento nesse sentido ainda? O Senhor vai assumir hoje, poderá... Aliás, o Senhor está sendo sabatinado hoje, e poderá ser aprovado hoje pela Assembléia Legislativa, então, o Senhor não tem nenhuma idéia de providências que serão tomadas pela AGER com relação a essa cobrança abusiva?

O SR. ADAIR DA SILVA - Deputado, nós não queremos neste momento colocar posições pessoais nossas, nós temos que colocar posições institucionais, e a posição institucional eu só posso tomar depois de oficializado, se assim for oficializada a nossa posição.

Eu tenho a minha concepção pessoal, mas não me parece que seja o momento de externar posições pessoais. Nós vamos discutir, enquanto instituição, como conduzir esse problema, é evidente que só podemos fazer isso a partir do momento em que estivermos oficialmente instalados.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Qual o acúmulo do aumento do preço de quilowatts desde a privatização da Rede? Quanto custava o quilowatt na época da privatização e quanto custa agora?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Não disponho dessa informação.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A AGER deve estar ciente do custo do quilowatt em outros Estados em que o Grupo Rede atua, porque o Grupo Rede atua em outros Estados, então a AGER deve estar por dentro disso. Qual a situação de Mato Grosso, se comparado aos outros Estados?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Deputado, também não disponho dessa informação. Sem dúvida, à AGER compete acompanhar até dentro do que está previsto na Lei, na sua competência está acompanhar essas questões. Quero frisar, entretanto, que na questão da energia elétrica só poderá atuar se for autorizada ou delegada pela União, a quem compete essa fixação de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

tarifas e fiscalização. Estamos já mantendo alguns contatos, ainda de forma extra-oficial, porque não poderia ser diferente, para que após instalada a Agência nós possamos estreitar os laços e buscar, então com a delegação de competência, fazer esse trabalho que V. Ex^a está sugerindo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Recentemente, moradores do Bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, retiraram dos postes os novos medidores adotados pelo Grupo Rede CEMAT. Eles alegaram que a conta de energia aumentou consideravelmente após a instalação dos mesmos. O que a AGER pretende fazer para resolver esse impasse?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Isso está também dentro da resposta que eu forneci anteriormente. Essa é uma competência da União, através da ANEEL, e nós só poderemos atuar se a ANEEL nos delegar competência para assim fazer.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Bem, é competência também da Rede CEMAT e da AGER...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre orador que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para terminar, Sr. Presidente, porque eu acho que é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Isso também é competência da AGER, futuro Presidente.

O Conselho Consultivo da AGER terá a participação de dois representantes dos consumidores. O Senhor considera esse número suficiente? Quais são os critérios adotados para a escolha dessas duas pessoas?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Deputado, isso é o que prevê a Lei hoje. Não quer dizer que isso vai se perpetuar. Eu acredito que com o tempo, na medida em que os trabalhos forem sendo desenvolvidos, a experiência nos dirá, e a toda a sociedade, a necessidade de aumentar ou não essa participação. Hoje é uma participação que está prevista em Lei, com dois representantes dos consumidores, um representante da concessionária e um representante do Estado - é o que está hoje na Lei, e nos cabe cumprir essa determinação.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Senhor considera esse número suficiente - dois?

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - No momento é uma atividade nova - como eu disse na minha fala -, e nós ainda não temos um volume de informações que permita nos aprofundarmos mais nessas questões. Só com o tempo, com a experiência adquirida, é que poderemos voltar a discutir esse assunto e definir se isso é ou não suficiente. Eu acredito que iniciando com dois representantes dos consumidores, pelo menos, se terá uma representação considerável.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros Colegas Deputados, eu quero deixar aqui registrado, terminando a minha fala, que eu não tenho nada contra ninguém e não tenho nada contra o currículo de nenhum membro dessa nova Diretoria da AGER, mas quero deixar claro o meu voto contrário a essa indicação, pela forma, pela prática como está sendo conduzido o processo, até porque eu defendo a “quarentena”. Eu defendo o período de dois anos, que a pessoa esteja afastada da empresa para poder assumir, porque ela está saindo de um lado da mesa para assumir o outro lado da mesa. Então, ela vai sair defendendo a empresa. Até ontem o Senhor estava defendendo uma empresa e amanhã o Senhor estará defendendo os interesses da população. Então, eu achei um período, realmente, curto para ser feita essa mudança.

Eu quero aqui deixar o meu registro quanto à forma de encaminhamento do Sr. Governador, que, inclusive, fez a lei e a mudou na última hora.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós deixamos bem claro que cada Deputado tem o direito de opinar e externar a sua vontade.

Passamos a palavra ao Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de cinco minutos para questionar e o interpelado terá cinco minutos para responder.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço a presença do Sr. Adair da Silva Leite, mas eu gostaria de argüir o Dr. Eduardo Delamônica.

(NESTE MOMENTO, O DR. EDUARDO DELAMÔNICA DIRIGE-SE À TRIBUNA.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma defesa dos profissionais. Ninguém é culpado por estar numa empresa e, de repente, trabalhar do outro lado. Isso é da vida de cada um, seria inibir um profissional de trabalhar, e certamente a Assembléia Legislativa exercerá, também, uma fiscalização sobre esse órgão.

Dr. Delamônica, eu tenho conversado com alguns Deputados aqui e o debate gira sempre em torno do valor do ICMS sobre a energia elétrica e a tarifa de telefonia, que realmente é um valor alto. A chiadeira aí fora é porque vêm embutidos os aumentos do DNAEE, e, na verdade, o índice que pagamos acaba sendo ultrapassado desse coeficiente, desse percentual que é colocado.

Em relação à TELEMAT - o Senhor esteve lá -, é possível o consumidor destrinchar aquela conta de energia com o apoio da AGER, com o apoio, inclusive, da Assembléia Legislativa, com mais clareza? Porque, veja só, eu já fiz essa experiência: eu pago a conta do telefone rigorosamente em dia, mas na outra conta vem multa por atraso, vem impulsos, e não tem como dizer que... Às vezes, o telefone está desligado e aparece o impulso. Eu estou falando de uma área técnica que o Senhor conhece bem...

Inclusive, eu quero sugerir a alguns colegas Deputados a criação de uma Comissão Permanente na Casa em defesa do consumidor - essa Comissão serviria para fazer um trabalho concomitante com a AGER.

Agora, voltando a minha pergunta: há uma maneira de se destrinchar aquela conta telefônica?

O SR. EDUARDO DELAMÔNICA - Sr. Presidente, nobres Deputados, quero cumprimentá-los e dizer da satisfação da minha presença aqui.

Eu quero aproveitar este momento para dizer que quando eu saí da TELEMAT, ela era uma empresa pública, eu não cumpri uma função de interesse privado. Com a privatização eu tive a iniciativa de entregar o meu cargo, porque eu achava que a minha missão na TELEMAT, em função do interesse público, já havia sido cumprida. Eu quero deixar bem claro: eu continuo do lado do povo. Se eu for aceito, continuarei, no Conselho Consultivo, defendendo o interesse público, que tem que ser o papel de todos nós, como cidadãos brasileiros.

Com relação à conta, nobre Deputado, eu gostaria de dizer que essa conta pode, perfeitamente, ser melhorada. É um papel de iniciativa da ANATEL. Então, caberá à AGER se conveniar com a ANATEL e propor meios para que essa conta, que realmente hoje chegou a um nível de pouco entendimento pela população... É uma questão muito difícil, que a AGER, se delegada pela ANATEL, terá que se debruçar é sobre a questão da medição do pulso. Inclusive, o usuário de serviço de telefonia - e eu sempre questionei isso, mas infelizmente há uma legislação a respeito, em âmbito nacional, a mesma coisa que é feita no DNAE, que V. Ex^a bem colocou, para que nós possamos ter um entendimento claro de como é medido -, o consumidor tem o direito de saber como é medido o gasto, a questão dos pulsos, que representa um número que tem pesado muito, principalmente após a privatização, no valor das contas telefônicas pagas pela população.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado. Era essa a pergunta que eu tinha

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

para fazer.

Sr. Presidente, eu não vou usar todo o meu tempo... Eu gostaria que o responsável pelo INMETRO pudesse ser argüido aqui, em outro momento, em relação à aferição da balança de produtos agrícolas, e aferição de bombas de postos de gasolina e aquelas contribuições do INMETRO, porque uma coisa puxa a outra, e nós estamos recebendo dos produtores da região de Alto Garças reclamações nesse sentido.

Eu conversei com o Diretor de lá, parece-me que é Sérgio Manike, pedi a presença dele aqui, mas ele não apareceu ainda. É um assunto que nós vamos trabalhar concomitantemente com esse assunto que nós temos em pauta aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Defiro o pedido de V. Ex^a e peço à Consultoria Técnico-Jurídica que tome as providências para pedir aqui neste plenário a presença desse Senhor - não sei se é Presidente ou Diretor do INMETRO -, conforme sugerido pelo Deputado Humberto Bosaipo, para que se faça presente junto às Comissões.

Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut, que dispõe de cinco minutos para formular os seus quesitos.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa., galerias, imprensa, nossos parceiros e companheiros que lutam pela prosperidade do nosso Mato Grosso, talvez, hoje, os Senhores estejam assumindo o ponto mais nevrálgico do sistema nervoso, não vou falar só do Mato Grosso, da nossa Nação...

Eu acho que mesmo com a qualificação dos cidadãos que aqui foram apresentados, talvez o QI deles não seja suficiente, apesar de bastante elevado, mas pela maneira que tem entrado o sistema de informática, energético, enfim a maneira que tem sido usada hoje para fazer o consumidor de refém das suas profissões... Os Senhores terão dificuldades, não que os Senhores não tenham competência para isso, mas é que está além da competência de qualquer ser humano combater o que vem sendo feito por aí.

Eu não vou argüir ninguém, simplesmente eu vou citar especialmente o nome do Dr. Delamônica... Eu lembro muito bem que, nesta tribuna, há mais de três anos, quando saiu a publicação da privatização da TELEMAT, naquela época nós comprávamos um aparelho telefônico, um terminal telefônico custava para nós R\$2.400,00, e para avaliar já puxaram o nosso terminal telefônico para apenas R\$300,00, e para compensar o nosso dia-a-dia a operacionalidade saiu 300% do valor...

Ora, Senhores, por isso eu encaminhei uma carta, através desta Assembléia, diretamente para o Ministério das Telecomunicações, que na época o Ministro era o Sérgio - o famoso Serjão -, e também para a TELEMAT, dizendo como nós desvalorizamos totalmente o nosso patrimônio, pegamos o nosso patrimônio, que o Brasil pagou com sangue e suor para construir, e entregamos de mãos beijadas, a zero, subindo o valor para operacionalizar, no mesmo instante, em 300%!... Algumas operações chegaram a 390%!... O dia-a-dia, que são as operacionalidades, até que não subiu, mas o impulso, Deputado Humberto Bosaipo, subiu 390%!... A palavra impulso veio toda questionada, foram 390%... No mesmo instante em que o aparelho custava, o terminal de linha custava R\$2.400,00 para adquirir, ele foi para R\$300,00. Esse patrimônio era nosso! Nós tínhamos esse patrimônio. Então, nós entregamos o patrimônio para terceiros, e agora vamos pagar para operá-lo.

Eu quero aqui não exagerar, mas deixar bem pautado: o Estado, da maneira que está conduzindo, daqui a dois anos não vai ter capital para pagar as contas de telefone dele, a não ser que as agências perdoem e o Estado não pague - senão vai ter que criar mais um Fundo, para o produtor pagar.

Então, eu quero que fique anotado, apontado no serviço de Taquigrafia, na gravação, porque eu falei isso aqui há um pouco mais de três anos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Nós não lembrávamos, nós não tínhamos necessidade de, hora nenhuma, nos preocupar se tínhamos telefone, água e luz em casa. Nós não tínhamos que saber que tínhamos isso, porque era uma coisa do cotidiano. Hoje, o primeiro orçamento da nossa vida chama-se energia, o segundo, telefone; e o terceiro, água. Em que Brasil nós estamos? Em que mundo nós estamos? Está parecendo que nós estamos vivendo lá na Arábia, que só tem petróleo, e a água tem que ser levada daqui...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Nós queremos apenas informar que o tempo de V. Ex^a encontra-se esgotado, mas, se V. Ex^a quiser fazer alguma pergunta, nós concederemos mais um minuto.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu vou hoje reiterar, nem vou fazer pergunta, porque as Senhoras e os Senhores cidadãos que estão aqui não são culpados, talvez, de nada, eles não estão ainda preparados para responder a uma pergunta. Vamos fazer isso daqui a um ou dois anos, quando eles estiverem em atividade, não hoje. A qualificação deles é eficiente para isso.

Eu quero deixar aqui um relato, um preparatório, para nós não sermos reféns, mais uma vez, como estamos sendo até hoje. Nós estamos aqui num outro caminho, não estou aqui criticando a presença desse povo e nem a capacidade deles. Eu quero deixar aqui hoje um livro escrito, para que possamos começar a argüir, para nós chegarmos num lugar, num denominador mais simples.

Vou entrar agora na situação da CEMAT, porque por enquanto só falei da TELEMAT.

Gostaria que V. Ex^a me desse, Sr. Presidente, oportunidade de falar também da CEMAT. Estamos assistindo aí, é muito bonito, uma história bacana: “Luz no campo”... Nós conhecemos vários sitiantes que tinham 50, 100 e até 200 alqueires de terra, que “colocaram luz” por conta deles, conseguiram fazer até 10 quilômetros de rede de energia elétrica por conta deles, compraram um transformador, colocaram na casa deles, e hoje perderam a propriedade, não são donos mais. E a CEMAT foi lá, arrancou até os postes de madeira deles e amontoou de lado, para eles receberem a conta, porque tem sitiozinho lá, com uma casa miserável, pagando de R\$200,00 a R\$400,00 por mês. Isso é um assalto! Estão assaltando mais que aquele homem de Quatro Marcos, que pegou a caminhonete e deu um tiro na nuca do sujeito - mais ainda que esse! Eles entram na sua casa...

E tem outros fatos mais importantes da CEMAT. Nós podemos ver por aí, Sr. Presidente, nobres Deputados, se formos na casa de uma das nossas empregadas... Nós ficamos de dois a três meses pagando uma conta de R\$70,00 ou R\$80,00, e daqui a alguns dias chega uma conta de R\$250,00 ou R\$300,00. Se nós não formos pagar, simplesmente eles cortam o fornecimento de energia elétrica.

Olha, cortar o fornecimento de energia elétrica porque não pagou a conta, eu até admito. Eu nunca fui a favor de votar lei para quem não paga, usar - já surgiram várias leis nessa ordem por aqui, mas eu nunca partilhei delas -, mas cortar o fornecimento de energia elétrica, porque nós estamos sendo assaltados pelo nosso fornecedor? O que é isso? Que brincadeira é essa?

Inclusive, há algumas questões judiciais, porque nós temos um consumo de energia elétrica sazonal - nós somos sazonais aqui no Estado de Mato Grosso. O consumo que nós temos em Mato Grosso em janeiro, fevereiro, março é um, principalmente na área hoteleira; quando chega em julho, agosto e setembro, é outro consumo, é outra atividade, é outro giro. O nosso povo mato-grossense sai do Estado e vai para as praias, para outras regiões. Nessa época, o movimento agrícola, tudo, dobra. E eles falam: “Não, no mês de agosto ele gastou cinquenta; no mês de junho, gastou só dez...”. E a pessoa tem que pagar lá atrás, mesmo sendo um assalto... Irresponsavelmente, assalta-se o cidadão, e aquele que não vai lá e acerta, tem cortado o fornecimento de energia elétrica, e não é por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

conta vencida, é conta por eles criada. Então, é uma situação tão precária, tão difícil...

No ano de 1998 aconteceu um fato desse comigo... Eu passei procuração para uns quatro ou cinco advogados...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. AMADOR TUT - ...Sr. Presidente, eu não estou tratando aqui de criar uma brincadeira, nós estamos tratando...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Pelo Regimento, nós temos... Nós estamos concedendo para V. Ex^a, estamos deixando V. Ex^a falar oito minutos, apesar de o tempo regimental ser três minutos. Eu gostaria que V. Ex^a entendesse, porque nós temos mais seis oradores inscritos.

O SR. AMADOR TUT - Nós podemos criar mais uma Sessão, mais duas Sessões, mas nós não podemos sair daqui sem deixar um pouco claro o que está acontecendo na nossa sociedade. Nós não podemos simplesmente cumprir o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, deixando de falar de uma questão tão grande para a nossa sociedade...

Sr. Presidente, eu vou admitir, eu vou parar se V. Ex^a me tirar a palavra, eu vou acatar e vou me sentar, mas quero que V. Ex^a me dê mais cinco minutos, e eu prometo a V. Ex^a não pedir mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deputado, vamos fazer o seguinte - após a sua fala, mais seis Deputados terão o mesmo direito -: V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, apresse um pouquinho, resuma um pouquinho, eu sei que é importante, nós entendemos, mas gostaríamos de ter a compreensão de V. Ex^a. Portanto, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. AMADOR TUT - Eu quero repetir que não vou fazer mais uma pergunta para os indicados à Diretoria. Se eu fizer perguntas, eles não têm nem condições de me responder hoje, porque eles não têm o mínimo conhecimento. Então, aquele Deputado que vier aqui saber o que é que eles vão fazer, aquele que responder o que vai fazer, não é verdade, porque ele não tem conhecimento dos fatos. Então, ele vai responder uma coisa não séria. Ele tem que, de fato, qualificar... É o currículo desse homem que vai fazer com que ele possa nos representar à altura.

Mais uma vez, eu quero reiterar a situação do “Luz no campo”. Para acontecer o que vem acontecendo nos últimos dois anos para cá, não é preciso o nosso Governo Federal, o nosso Governo Estadual fazer um investimento de 170 milhões, que vão fazer por aí, para depois, daqui a poucos dias, ser cortado novamente, não ter a rede de energia elétrica e ficar apenas para pouso e suicídio de tuiuiú e de nossas aves por aí... O que ela vai virar, no fim, é só para isso, porque se continuar nesse valor, nesse preço, com esse custo a pagar... É inviável para a área produtiva pagar isso, é inviável!

Então, nós temos que chegar num denominador comum. Ou nós fazemos uma forma inviável, fazendo essa rede pelo Brasil para acidentiar tuiuiú e pássaros, ou colocamos um preço para que o cidadão use na ponta, porque cada dia mais nós vamos ver mais um barracão dos sem-terra, porque ele vai perder o lote dele - cinco alqueires, dez alqueires, vinte alqueires -, e voltar para os sem-terra para arrumar outro para ele, porque ele também não sabe viver em outro lugar.

Então, a realidade é essa. Ou nós pensamos primeiro para falar do Brasil gastar, investir mais 170 milhões, parece, aqui em Mato Grosso, para simplesmente formar poleiro de pássaros, não vai adiantar, vai ter que ter um valor específico. Não justifica, Sr. Presidente.

Hoje, se nós fizermos a conta de quantos quilowatts são produzidos no Estado e quantos quilowatts são vendidos, prometo que dá uma receita multiplicada, igual criação de rato... De

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

cada 45, cada rata consegue parir 15, de cada 45! E aqui eu tenho certeza de que os quilowatts produzidos com os quilowatts vendidos, ainda mais quando se fala que o quilowatts, quando ele volta lá embaixo, o ICMS é só zero, é sete, o outro é 10... V. Ex^a pode fazer essa matemática: se nós não estivermos vendendo de 200 a 300 vezes mais os quilowatts produzidos do que os vendidos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, V. Ex^a me desculpe, mas isso aqui não é brincadeira, nós estamos representando aqui muita seriedade da sociedade. V. Ex^a vai ver todos os produtores rurais aqui na porta da nossa Casa, pedindo comida, porque lá eles não dão conta de produzir para comer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

Antes, porém, solicito ao nobre Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.
(O SR. RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS ÀS 11:30 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de cinco minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de argüir o indicado para ocupar a Presidência da AGER, Sr. Adair Leite.

Dr. Adair, eu entendo, pela leitura da forma como foi composta a AGER, que a sua importância extrapola a esfera técnica, a esfera administrativa, e vai na esfera social, até porque o processo de delegação de concessão pública, a exemplo da energia elétrica em Mato Grosso, deveria ter sido precedido, na realidade, dessa Agência Reguladora para depois então delegar-se esse serviço.

Nós, Executivo e Legislativo, estamos atrás do prejuízo, este é um ponto.

Partindo desse princípio, muitas das nossas insatisfações talvez residam exatamente neste fato. Hoje, instalada a AGER, aprovada por esta Casa - portanto, ela não existe ainda, existe aqui na Casa -, falta a promulgação da AGER, o passo seguinte. Então, há que se falar em providência, e a primeira é instalar de fato a Agência.

Temos que apreciar o nome de V. Ex^a, concordo que cada qual que aqui se apresenta, com seu currículo próprio, o faz consciente dessa responsabilidade. Muito mais do que um emprego, muito mais do que um cargo, é uma função de alto interesse público, num momento tenso, seja na energia elétrica, seja na telefonia, que são concessões que nem cabem ao Estado, algumas delas são de competência da União, outras dos Municípios, como a questão do saneamento, com esse processo de municipalização, independente de convênios, seja na municipalidade, seja... Em suma, vem revestida de uma expectativa muito grande da sociedade.

Essa Agência está sendo vista pela sociedade e por nós próprios como um instrumento que precisa ser eficaz no monitoramento público, dessas concessões públicas que estão sob execução da iniciativa privada.

Eu perguntaria ao Senhor se essa leitura está clara, porque não adianta aqui discutirmos os currículos, eles atestam a habilitação de cada nome indicado para estar presente nesses cargos. Na realidade, só poderemos fazer uma melhor apreciação, como V. Ex^a disse há pouco, no decorrer do tempo, quando essas habilidades poderão ser colocadas em conjunto com as necessidades. É uma experiência nova, como é novo neste País esse processo todo de alteração da gestão pública, que nós estamos apreciando.

É uma questão conceitual? É, mas acho de fundamental importância, porque não pode esta Casa, a história à frente nos cobrar, que se passou aqui uma argüição, que é um outro fato

diferenciado, é um fato novo que este Poder Legislativo, que a Mesa Diretora desta Casa soube, com brilhantismo, conduzir junto ao Executivo desta própria existência nesta argüição. Talvez até a falta de prática nos leve a não estarmos fazendo isso talvez de uma maneira mais profícua, até pelas circunstâncias - vamos assim dizer -, mas eu vejo que a história que poderemos contar na frente, se deixarmos passar esta oportunidade sem um registro mais enfático...

Eu perguntaria a V. Ex^a, já na idéia de que sua resposta traduza o pensamento dos demais, porque se vão formar uma equipe, imagino que tenham se reunido para conhecer o desafio que terão de enfrentar juntos, diretores e membros do Conselho, eu perguntaria se este ponto está claro, dessa expectativa da sociedade, da expectativa deste Legislativo em relação aos Senhores, porque não é só a indicação de confiança do Governo. Ao terem seus nomes aprovados, estarão recebendo também o aval desta Casa para estarem lá para dar respostas a muitas das perguntas que hoje, por questões óbvias, não puderam responder, mas que serão chamados no futuro para trazerem as respostas devidas.

Então, é este ponto, é um ponto político, é um ponto crucial, e eu entendo.

E a Agência, é preciso que fique claro, ela vai trabalhar em cima da legislação, no que for atinente nas suas esferas.

Portanto, a AGER vai agir em cima da Lei que esta Casa aprovou, nas limitações que lhe forem impostas, mas eu acho que esse conceitual extrapola a questão legal, é da concepção do homem público. E essa Agência, apesar de manter o vínculo com o Governo do Estado, ela precisa funcionar de uma certa forma como um órgão que possa ter uma autonomia tal de enfrentamento, em determinadas circunstâncias com o próprio Governo. Há essa disposição por parte de V. Ex^a? Podemos entender que, a despeito das funções públicas já desenvolvidas no passado, e algumas até num passado recente, mas acatei a tese em relação à chamada, isto não estará comprometido? São questionamentos como estes que a sociedade quer entender na realidade.

Eu gostaria que V. Ex^a discorresse sobre esse questionamento.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Sr. Presidente, nobres Deputados, a clareza das colocações de V. Ex^a não só representa a realidade dos fatos, como também dá um dimensionamento do desafio que nós enfrentamos, que nós vamos enfrentar se tivermos o nosso nome aprovado, ou que será enfrentado seja por quem for que assumir a direção da AGER. A Agência, de fato, chega um pouco atrasada, mas ainda há tempo de se fazer um trabalho. É evidente que a nossa responsabilidade, se tivermos o nosso nome aprovado, será multiplicado, porque nós hoje já temos uma gama de reclamações, uma gama de expectativas da nossa sociedade, e temos que dar respostas rápidas a essas expectativas. Eu não sei como teremos de enfrentar esse problema. A verdade é que hoje, com os nomes aqui colocados, com a experiência que cada um de nós tem dentro do seu setor específico, juntando essas experiências, nós esperamos e vamos trabalhar para dar essa resposta para a sociedade.

Mais uma vez, eu quero deixar claro que entendemos que a AGER não vem como um lado oposto aos prestadores de serviço público. Pelo contrário, ela vem como uma aliada, como uma parceira da sociedade e, também, das prestadoras de serviço público. Elas serão fiscalizadas, elas serão reguladas, mas também serão parceiras na busca de um serviço de qualidade, com preço justo para a nossa sociedade. Essa é a nossa responsabilidade, esse é o compromisso não só meu, mas, eu tenho certeza, de todos os componentes da Agência que estão sendo aqui hoje submetidos para esta sabatina e que, se aprovados, terão esse compromisso.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, se me permite a Mesa, eu não sei como funciona, eu entendo que a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados, a sua própria auto-definição não transfere a responsabilidade pública na sua totalidade para as concessionárias. As concessionárias estão cumprindo um papel público por delegação do Governo, portanto, a Agência, ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

final, deve satisfação, cobrando das concessionárias, cobrando a instrumentalização necessária do Governo, mas a satisfação final se deve à sociedade, de fato.

É por isso que eu digo que esse papel da Agência é fundamental. Ela tem uma função eminentemente técnica, porque é uma questão complicada o cálculo de ICMS e de uma série de questões que precisam ser tratadas com essa ótica setorial no aspecto de arrecadação, financeira e econômica, mas não pode perder de vista o seu papel social. Hoje, nós temos as concessões, mas não temos uma diretriz técnica, definida efetivamente pelo Poder Público.

Eu perguntaria, sob a ótica da expansão de rede, por exemplo, de saneamento, de energia elétrica ou de telefonia - para que fique claro, nós precisamos esmiuçar... Resume-se muito o trabalho da Agência na questão de telefonia e de energia elétrica, mas se esquece do transporte intermunicipal, das hidrovias, de um potencial enorme de responsabilidade, um rol muito maior de responsabilidades que essa Agência terá, e eu me preocupo porque, às vezes, parece, Sr. Presidente, que ainda não entenderam o que significa essa Agência para Mato Grosso neste momento que estamos atravessando, com termelétrica, com gasoduto, com isto, com aquilo. Essa Agência embrionária, hoje, haverá de dar um norte para que tudo isso dê certo ou dê errado. Quer dizer, a Agência trará para si, efetivamente, esse monitoramento, esse gerenciamento, dizendo à Rede, dizendo à TELEMAT, às empresas concessionárias de transporte: “Queremos que avancem...”

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que V. Ex^a dispõe de três minutos para encerrar.

O SR. CARLOS BRITO - Obrigado, Sr. Presidente.

“...queremos que avancem por aqui, queremos a expansão de rede de energia elétrica para lá e não para cá”. Por mais que aqui seja lucrativo, rentável, que a rentabilidade seja mais compensatória, aqui, na ponta da rede, isso terá um lucro menor, mas, socialmente, isto precisa chegar lá, porque aquela comunidade tem todo um valor histórico, humano, cultural, que não pode ser desprezado. Esta é uma preocupação que temos que ter enquanto agentes públicos.

Essa Agência, efetivamente, estará disposta a esse enfrentamento do econômico, do lucro com a questão social? Quer dizer, este é um dos papéis mais fundamentais que eu vejo. É um monitoramento público nesse aspecto. Vocês definirão, fixarão e concederão ou não as tarifas para esses diversos serviços do Estado ou se estiverem conveniados. Essa é a dimensão de agência que eu entendi.

Portanto, os Senhores terão sob suas responsabilidades a decisão que vai influir diretamente na vida das pessoas, como nós temos aqui a elaboração das leis, e a execução disso está a cargo dos Senhores e das Senhoras.

Então, é essa a segurança. Eu acho que essa sabatina, esse questionamento não vai me convencer do currículo de cada qual, porque o Governador não iria indicar nomes que não estivessem habilitados, colocando-se um risco de uma situação que não fosse plausível. Ao contrário, pelos currículos lidos aqui pelo 1º Secretário, todos estão mais do que gabaritados para as funções, pela leitura técnica desses currículos. E muitos dos Senhores, pelo que conhecemos ao longo da vida pública de cada um... Eu não vou citar nomes para não entrar em uma situação que me obrigaria a falar de todos, e o tempo é curto, mas o que me convenceria era a garantia de que este plenário estaria endossando nomes que têm, acima de tudo, essa leitura de interesse público, de comprometimento com interesse público, e que tenha condição de desempenhar esse papel de garantia desse propalado interesse público, nesta relação difícil que é com as concessionárias, como é com qualquer empresa. Com certeza, não ha dúvidas, é muito mais fácil a operacionalização do que uma determinada empresa do setor público se revelar ineficiente ao longo de toda uma história, senão não teria necessidade de

mudança.

Concluo, desta forma, na mesma linha, mas com esta necessidade do convencimento meu, e acho que de alguns companheiros, e que tenhamos esta garantia de que o nosso endosso não só serão os nomes de V. Ex^{as}, mas a esse comprometimento com esse interesse, com esse grau de entendimento do que representa essa arguição nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a, querendo se reportar à interpelação formulada, dispõe de três minutos.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Nós gostaríamos de afirmar, primeiro, que esse é o espírito da Lei. Entendemos que o legislador, quando fez a Lei criando a Agência, ele tinha em mente exatamente as provocações que V. Ex^a fez agora.

É evidente que, por ser uma atividade nova ainda para nós, nós temos que buscar essas experiências onde elas estiverem, da forma como for possível buscar, para que elas sejam implementadas o mais rápido possível.

O certo é que a Agência só se justifica porque o Estado deixa de ser um Estado executor para ser um Estado regulador, e garantir a toda população a universalidade da prestação de serviço, a generalidade, com preços justos, e só dessa forma a Agência realmente terá um papel relevante no desenvolvimento deste Estado e cumprirá os objetivos, tenho certeza, para os quais ela foi criada. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para interpelar, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, Srs. indicados para compor a Direção da AGER:

Permita-me, Sr. Presidente, fazer um comentário breve para que a nossa posição, a posição minha, a posição da Deputada Serys Silhessarenko e da Bancada do Partido dos Trabalhadores seja bem clara e bem entendida, sem nenhum subterfúgio.

Primeiro, é rememorar que historicamente nós fomos e somos contrários à privatização dos serviços públicos essenciais, e, particularmente aqui no Estado, fomos, lutamos, continuamos sendo contra a privatização da TELEMAT, da CEMAT e da SANEMAT, que ainda está em curso, assim como fomos também contra a liquidação do BEMAT, da COHAB e da CASEMAT. Acontece que os fatos políticos não dependem só daqueles que são contra, existem aqueles que são a favor.

E está aqui o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, que, às vezes, “patrola” aqui a Oposição, ou quase sempre, e tem efetuado, efetivado e tornado concreto esse projeto que traduz a privatização dessas empresas públicas.

Diante do fato consumado, e independente disso, se justificaria a AGER. Gostaria de deixar claro, porque não é por ser empresa pública que necessariamente ela respeita o consumidor, o contribuinte, ou presta serviço adequado para quem ela é uma concessionária, uma permissionária ou uma delegada do Poder Público.

Então, em quaisquer circunstâncias, nós somos favoráveis a uma agência regularizadora e fiscalizadora, e, com muito mais razão, numa situação em que as nossas teses foram derrotadas e que se criou uma outra condição de operação dos serviços públicos, através de concessões ou permissões para empresas privadas, com muito maior razão, nós precisamos de uma agência fiscalizadora, ordenadora e que possa defender o contribuinte, que é a parte menor, e que possa também contrapor-se ao Estado, na medida em que o Estado também tenha tomado medidas muito permissivas, seja em relações tarifárias, seja em relação à qualidade de serviço. Dito isso, nós somos favoráveis à

AGER .

Gostaria de dizer que na ocasião que... A iniciativa originalmente disso foi na outra Legislatura, do Deputado Wilson Santos, e depois tivemos oportunidade de votar retificações, tanto na esfera constitucional como em outra esfera, criando os cargos, e votamos a favor. O que nós não votamos, e falo aqui em nome da Deputada Serys Slhessarenko e do Deputado Gilney Viana, mas esse caso é extensivo a outros Deputados da Oposição, particularmente alguns Deputados do PMDB e do PFL, votamos contra o Veto apostado pelo Sr. Governador do Estado a um dos artigos do seu projeto anterior, regulando e definindo a AGER e a sua composição, que exigia uma “quarentena” daqueles que tinham trabalhado nas empresas que eventualmente ou certamente serão fiscalizados.

E nós continuamos com aquele entendimento de que o Veto não foi adequado, porque temos uma luta que é nacional, para que as “quarentenas” possam ser *a anteriori* e *a posteriori* ao exercício do cargo público em relação às empresas, ou agências, ou repartições que tenham sido objeto de fiscalização, ou que deverão ser.

Então, essa é uma posição, vamos dizer assim, ideológica nossa e que nós defendemos. Achamos até que o Governador, e fizemos aqui um ditirambo contra ele, rápido, mas bastante objetivo: “errou acertando e, depois, quis acertar errando”, ao apor o Veto e depois tentar passá-lo aqui. Aliás, passou com o nosso voto contrário, com cinco votos contrários.

Agora, em relação à nomeação, à indicação dos nomes, nós queremos fazer uma observação de que quase todos - senão todos -, nós os conhecemos e temos uma relação inclusive pessoal, de amizade, de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Quero indagar se V.Ex^a vai interpelar algum dos indicados...

O SR. GILNEY VIANA - Vou.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V.Ex^a dispõe, nesse caso, de três minutos para formular a interpelação, uma vez que o tempo se encontra esgotado, e a Sessão encerra-se impreterivelmente ao meio-dia, ou nós teremos que prorrogá-la. Portanto, concedo três minutos para V.Ex^a.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço.

Nós gostaríamos, em meu nome e em nome da Deputada Serys Slhessarenko, de dizer que não temos nenhuma restrição de ordem pessoal dos indicados.

Segundo... Aliás, com alguns deles privamos relações de coleguismo e até relações afetivas e pessoais.

Terceiro, consideramos, profissionalmente, tecnicamente, que são pessoas competentes e capacitadas para exercer os cargos para os quais são indicados, mas nós fazemos uma exceção, que não tem nada a ver com esses três considerandos, que é não ter, são de duas ordens, cumprida uma “quarentena”, ainda que fosse de empresa pública, e aqui eu me refiro também a uma observação do meu amigo, meu Reitor, meu colega de universidade, de faculdade, e meu professor Delamônica Freire...

Então, para terminar, digo que a exceção.... Primeiro, nós achamos que os Senhores são muito governistas, e nós temos ojeriza ao Governo Dante de Oliveira. Normalmente não estamos dispostos a endossar as indicações do Governador Dante de Oliveira, ainda que nós reconheçamos méritos dos indicados. Então, entendam muito bem a nossa posição. Segundo, é que não cumpriu aquela “quarentena”. Dito isso, e com muita clareza, sem nenhuma intenção de desqualificar, desritmar as indicações, eu me permitiria três perguntinhas.

Primeiro, particularmente a relação entre a AGER e as agências nacionais, ao Dr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Adair, que é o indicado à Presidência. Segundo, se o *modus operandi* da AGER terá uma porta de entrada para as demandas individuais dos cidadãos e cidadãs, e como trabalhá-las? E terceiro, no caso particular da SANEMAT, como se vê o fato de que você, quer dizer, a Agência trabalhará a fiscalização de parcelas da antiga SANEMAT, que foram privatizadas, e parcelas que estarão municipalizadas, se os tratamentos serão iguais ou diferenciados?

Finalmente, nós achamos que a sociedade civil está minoritariamente representada, porque uma Agência de Fiscalização que atende o público deveria ter uma representação minimamente compatível com essa função.

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Nobre Deputado, primeiro, com relação às agências nacionais, já foi colocado aqui anteriormente, é intenção da AGER buscar se conveniar com essas agências para que a AGER possa atuar no Estado em nome dessas agências, com delegação de competência, porque essas agências atuam na área de competência do Governo Federal. E evidente que tem aí uma área em que há também uma competência complementar do Estado, que, independente de qualquer acordo com as agências, a AGER já vai estar atuando.

Segundo aspecto: na estrutura da Agência foi colocado - e na criação da Agência já veio essa imposição legal - um Diretor, que fará o papel de Ouvidor. Veja bem a importância que se deu a essa questão, porque o consumidor, no momento em que ele aciona o Ouvidor, esse Ouvidor tem o mesmo nível de autoridade dentro da Agência, porque é um Diretor, é um Diretor que vai estar levando esse assunto para ser discutido em colegiado. Portanto, eu acredito que essa questão foi muito bem colocada e tem um tratamento realmente bem singular, porque as reclamações vão ser tratadas no nível de diretoria, com um Diretor responsável por levar essas reclamações.

Quanto ao outro questionamento, desculpe-me, mas eu...

O SR. GILNEY VIANA - Exatamente em relação à SANEMAT privatizada e municipalizada...

O SR. ADAIR DA SILVA LEITE - Na questão do saneamento básico, há alguns aspectos que já são, hoje, da competência do próprio Estado, naquilo que se refere basicamente ao meio ambiente. Quer dizer, nesse aspecto, com relação ao meio ambiente, complementarmente àquilo que já faz a FEMA, a Agência também vai estar atuando. Com relação aos aspectos que são constitucionalmente de competência do município, da mesma forma, só poderemos atuar se delegados formos pelos municípios para atuar desta forma.

Entretanto, nas áreas onde a SANEMAT atue como concessionária, essas áreas já estarão sob a nossa responsabilidade, porque a SANEMAT é uma concessionária estadual. Então, embora a responsabilidade não tenha sido transferida para a AGER, a concessão é de responsabilidade indireta do Estado, via SANEMAT. Não sei se respondi bem.

O SR. GILNEY VIANA - Respondeu, sim. E eu agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, é só uma declaração de voto. Eu e a Deputada Serys Silhessarenko, nós votaremos contrários às indicações, sem nenhum sentido pessoal ou de vinculação das mesmas, mas gostaríamos que entendessem, porque a Oposição é para quê? A Oposição é para isso mesmo, para votar contra o Governo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, Requerimento das Lideranças Partidárias, solicitando a convocação de Sessão Extraordinária para, após o encerramento da presente Sessão, apreciarmos a indicação dos nomes dos diretores reguladores, Presidente regulador e conselheiros da AGER.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, nós também encaminharemos a votação logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a pode permanecer na tribuna que nós vamos conceder.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros Deputados, nesta semana nós vimos o Governador fazendo mais uma armação aqui na Assembléia Legislativa.

Ele mandou um Projeto de Lei para criar a AGER, Agência Reguladora dos Serviços Delegados, e ele mesmo mudou o Projeto na última hora, tirando a “quarentena”, os dois anos que uma pessoa tinha que estar afastada da empresa para poder assumir um serviço como esse. Uma armação que mostra mais uma vez a falta de compromisso com a sociedade por parte desse Governo. Ele que mandou uma Emenda que os próprios Deputados do Governo votaram chateados... Como é que um Governo manda um Projeto da AGER e depois muda a sua posição, veta um artigo, quer dizer, justamente para atender interesses.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente, que eu, como Deputado Estadual, não posso aceitar essa prática política que tem aí.

Gostaria de deixar claro que eu não tenho nada contra as pessoas que hoje estão aqui para serem indicadas para assumir a Diretoria da AGER. São pessoas que têm bons currículos; são pessoas que têm um serviço prestado a esse Estado, mas também existem pessoas da mesma competência para poder desenvolver trabalhos como esse - necessariamente, o Governador não precisaria fazer esse tipo de artimanha.

É até falta de decoro Parlamentar nós colocarmos umas coisas que nós temos vontade de colocar aqui. O Governador, quer dizer - eu não quero colocar o que estou pensando aqui... - ele parece hiena, Deputado. É só hiena que faz igual ao Governador faz. Isso é um absurdo! A hiena vomita e depois engole o próprio vômito. Quer dizer, o Governador faz a lei e depois ele muda a lei, depois de colocá-la em prática. Isso é um absurdo!

Eu quero aqui dizer que isso é contra, realmente, o processo democrático. Ele muda a lei para atender os interesses, as conveniências dele...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço ao Deputado Zé Carlos do Pátio apenas um pequeno espaço de tempo, e solicito ao Deputado Nilson Leitão e Eliene que acompanhem o Presidente Regulador, o Diretor Regulador e os Conselheiros até a sala da Presidência, uma vez que o processo de argüição encerrou-se com a desistência dos três últimos inscritos...

Apenas encaminharemos a indicação do Requerimento e, em seguida, abriremos Sessão Extraordinária para votação.

(NESTE MOMENTO, OS SENHORES INDICADOS DEIXAM O PLENÁRIO ACOMPANHADOS DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua com a palavra o Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de sete minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Caros colegas Deputados, Senhoras e Senhores, é difícil aceitarmos uma coisa como essa.

Veja bem, ontem, esses cidadãos estavam do lado da empresa, na SANEMAT, na TELEMAT, na CEMAT, defendendo os interesses da empresa, defendendo os interesses de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

privatização das empresas; hoje, eles vão mudar de lado. Eles, que participaram da privatização, agora vão estar do lado de quem? Do povo, defendendo os interesses do Estado e do povo.

Então, companheiros, Senhoras, Senhores, Exm^{os} Srs. Deputados, nós ficamos indignados - indignados - com a manobra do Governo. Não tenho nada contra esses cidadãos, contra a pessoa deles, mas eles são pessoas suspeitas para assumir a AGER, são pessoas que têm compromisso com a privatização, são pessoas que têm compromisso com a empresa, e não poderiam estar do outro lado da mesa. No mínimo, teriam que ficar dois anos afastadas para, pelo menos, romper o cordão umbilical.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, não vou usar todo o meu tempo, declarar o meu voto, publicamente, contra a indicação, contra os procedimentos do Governo do Estado, não com os cidadãos que estão aí, mas, sim, contra o procedimento, a prática, porque os currículos deles são bons - os, currículos pessoais -, mas eles, politicamente, são compromissados com as empresas em que eles estavam, são compromissados com o Governo e são compromissados com todo esse sistema.

E eu ouvi colega Deputado meu dizer em competência... Ninguém está negando a competência dessas pessoas, competência eles têm - têm até demais -, nós estamos dizendo aqui do procedimento, porque vem Deputado aqui dizer de competência... A competência ninguém está avaliando, não, porque tem gente competente como eles para assumir também, mas nós estamos avaliando o procedimento, a forma da condução do processo.

Então, aqui eu quero deixar o meu voto declarado publicamente contra a indicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Amador Tut.

Eu indago se V.Ex^a é contra ou favorável o Requerimento, Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, contra ou a favor de quê?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Requerimento que está sendo votado ...

O SR. AMADOR TUT - O Requerimento para prorrogar a Sessão ou para aprovar os nomes...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Não, Deputado. O Requerimento...

Vou ler o Requerimento inteiro para V. Ex^a.

“Com fulcro no art. 166, inciso II, do Regimento Interno, requeiro à Mesa que seja convocada Sessão Extraordinária”.

Então, é uma convocação para Sessão Extraordinária, para apreciação das indicações dos nomes dos diretores reguladores da AGER, conselheiros consultivos e do Presidente. Apenas prorrogação da Sessão.

O SR. AMADOR TUT - Então, nós mudamos o nosso encaminhamento para a aprovação dos inquiridos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Então, V. Ex^a está desistindo do encaminhamento agora...

O SR. AMADOR TUT - Nós estamos votando somente a prorrogação da Sessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - É isso mesmo.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Com o voto contrário do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Roberto Nunes, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Wilson Teixeira Dentina e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Emanuel Pinheiro, do PFL; Silval Barbosa, do PMDB; e Hermínio J. Barreto (PL), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para imediatamente após a presente Sessão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda.